



A INSERÇÃO DO CAPITAL TRANSNACIONAL NA AMAZÔNIA E SUAS CONTRADIÇÕES

Elen Lúcia Marçal de Carvalho¹

“Eu vejo o futuro repetir o passado.” (Cazuza)

Resumo: A Amazônia em seu processo histórico foi palco de grandes projetos. A perspectiva para o qual esses projetos foram elaborados teve como objetivo integrar a Amazônia ao conjunto de desenvolvimento elaborado pelo Estado brasileiro em consonância ao capital transnacional, gerando desigualdades sociais. Neste contexto o modelo de desenvolvimento aplicado na Amazônia provocou e/ou provoca efeitos negativos. É preocupante, no entanto a forma como os recursos naturais e culturais do Brasil, em especial, da Amazônia vêm sendo tratados ao longo do tempo como é o caso da formação de pastos em certas áreas da Amazônia, além da extração desordenada dos minérios que beneficia apenas o grande capital transnacional, deixando a fome, a miséria, a violência e a baixa qualidade de vida da população amazônica, são fatores diretamente relacionados ao modelo de desenvolvimento imposto à Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia; Desenvolvimento; Grandes Projetos.

Abstract: The Amazon in its historical process was the scene of major projects. The outlook for these projects which were developed aimed to integrate the Amazon to the whole development elaborated by the Brazilian State in line to transnational capital, generating social inequalities. In this context the development model applied in the Amazon has caused and / or causes adverse effects. Worryingly, however the way the natural and cultural resources of Brazil, especially in the Amazon have been treated over time such as the formation of pastures in some areas of the Amazon, and the extraction of minerals disordered that benefits only the large transnational capital, leaving hunger, misery, violence and poor quality of life of the Amazonian population, are factors directly related to the development model imposed on the Amazon.

Keywords: Amazon, Development, Major Projects.

¹ Mestre. Universidade Federal do Pará (UFPA). elencarvalho@ufpa.br



1-INTRODUÇÃO.

Este texto objetiva realizar uma reflexão sobre a Amazônia e os Planos de Desenvolvimento concebido pelo Estado brasileiro, enfatizando a discussão em torno dos Grandes projetos, que se erguem a partir dos anos 1964, quando ocorre o golpe militar. Dentre os Grandes Projetos desenvolvidos na Amazônia, serão focados aqui, os projetos Minerero-metalúrgico, e as hidrelétricas que são viabilizados pelo Estado nacional conforme as exigências colocadas pelo capital transnacional.

Segundo alguns estudiosos que têm debatido de forma crítica a penetração do capital no Brasil e na Amazônia, entre eles Leal (1991) e (Nascimento (2006), dizem que um importante aspecto desses projetos é aquele relativo aos elevados níveis de acumulação dos capitais, que ocorre face às inúmeras vantagens que o Estado brasileiro oferece ao capital internacional para que se instale e explore a imensa biodiversidade em estado bruto como é o caso principalmente dos minerais de manganês, de ferro, de bauxita, de ouro.

A política desenvolvimentista adotada na Região priorizou a exploração de recursos naturais - especialmente a partir da ditadura militar - com a implantação, na década de 1970, de grandes empreendimentos econômicos. O privilegiamento dos espaços que oferecem rentabilidade máxima para a acumulação capitalista, também explica este novo momento da acumulação capitalista no Brasil e mais especialmente na Amazônia, em que a busca por espaços na área rural se dá por estes apresentarem condições favoráveis à obtenção de uma rentabilidade que supera em muito a dos níveis de acumulação anteriores a década de 1970. (NASCIMENTO, 2006, p.89-90)

Enfim, portanto a prioridade era explorar os recursos naturais não renováveis da região, contando para isso com os incentivos fiscais, que constituem apenas uma parte das vantagens oferecidas. Outro aspecto diz respeito aos investimentos que se apóiam numa elevada incorporação de capital e baixa agregação do trabalho, do que decorre uma geração de empregos e subempregos muito pequena em relação ao volume de capital empregado.

2- PLANOS DE DESENVOLVIMENTO PARA AMAZÔNIA: A INTRODUÇÃO DO CAPITAL TRANSNACIONAL.



A intervenção sistematizada na região teve início na década de 1970, por meio do planejamento regional que tinha como objetivo central desenvolver a Amazônia sob a ideologia da ditadura militar cujo slogan era a integração, o progresso e o desenvolvimento. A região foi aos poucos perdendo sua originalidade.

No quadro das medidas adotadas, o Estado delineou um complexo conjunto de Políticas Públicas, que através dos chamados Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), objetivavam – no plano formal - “superar” os desequilíbrios regionais seculares. Enquanto o I PND criou as regiões metropolitanas e o II PND enfatizou a descentralização econômica e a definição de estratégias regionais de ocupação do solo, o III PND enfatizou a integração nacional pela incorporação de áreas de baixa densidade demográfica e econômica, cujo exemplo mais significativo é o da Amazônia. (NASCIMENTO, 2006, p.89)

Tanto o I PND elaborado em 1972 como o III PND elaborado em 1980 representam, segundo os especialistas, o fracasso destes planejamentos, mais especificamente no que tange às questões do meio ambiente e sócio-cultural, justamente as duas áreas tidas como prioritárias pelo governo militar. O problema central verificado é que esses planejamentos foram elaborados, sem um prévio conhecimento da região, na medida em que se ignorou suas características peculiares e inerentes à região amazônica.

Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND, 1980) era preciso “promover a ocupação e a integração gradativa desta região ao resto do país de forma ordenada e seletiva, utilizando racionalmente seu patrimônio natural, evitando-se sua depredação e ocorrências irreparáveis a seu equilíbrio ecológico”.

O governo federal e estadual em seus planos, programas, projetos e falas oficiais referiam-se a essas áreas onde habitavam índios, colonos e garimpeiros como sendo vazio demográfico.

Suas populações não esperavam e, de início, não reagiam às vendas de suas terras, seja porque não tomavam conhecimento delas, ou ainda que tomassem conhecimento, não dispunham de apoio institucional para legitimarem suas posses e permanecerem na terra; seja porque os novos proprietários (ou pretensos proprietários) das terras, desejando despojá-las de seus moradores naturais que promoviam limpeza do terreno, através de despejo judicial, ameaça, jagunçagem e violência policial; ou quando ressarcindo seus antigos moradores com indenizações simbólicas, já que os critérios norteadores destas indenizações referiam-se e referem-se ainda hoje a padrões da moderna agricultura capitalista, sendo inaplicáveis à floresta natural e ao rio de onde o homem da Amazônia extrai parte da sua subsistência. (MOURA; MAIA, 1990, p.8).



Apesar dos investimentos diretos subsidiados e dos grandes projetos de infraestrutura desenvolvidos pelo Estado como a construção de estradas, principalmente a Belém-Brasília que sofre até hoje os efeitos da construção mal feita, constata-se um aumento da desigualdade social, da pobreza, da expropriação da terra e dos meios de trabalho, isso demonstra que essas políticas não atendem as necessidades de sobrevivência da população. Estes projetos pensados e implementados na Amazônia, recebiam o apoio total do Estado militar, ao reduzir em até 25% os impostos para que empresas pudessem se instalar na Amazônia.

Foi, sobretudo, a partir da ditadura militar que o Estado brasileiro criou as condições institucionais para aquela internacionalização, através do aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia pela via dos grandes projetos, demarcando um novo momento na história da Região. As empresas transnacionais aqui instaladas, beneficiadas pelos incentivos fiscais e outros benefícios deste período desregulamentação, privatização e flexibilização, organizam a produção de matéria-prima a baixo custo (mão de obra barata, energia subsidiada, infra-estrutura oferecida pelo Estado, fiscalização ambiental incipiente e etc), remetendo-a aos países hegemônicos, nos quais é processada e tornada mercadoria, alimentando assim, o ciclo de produção e acumulação de capital. Um mercado cartelizado controla todo esse ciclo produtivo, de acordo com seus interesses, o que implica o controle dos preços das matérias primas. Assim, se quiserem gerar divisas, os países retardatários terão que extrair e exportar, cada vez mais (e com maior prejuízo social e ambiental) os seus recursos naturais. (NASCIMENTO, 2006, p.14)

As contradições que ele revela nos remete aos seguintes debates: ao lado dos grandes projetos, instalam-se os conflitos, o trabalho escravo em algumas grandes fazendas, a poluição do meio ambiente e a depredação dos recursos naturais, seguido do desemprego, o deslocamento de populações das áreas onde se implantaram grandes projetos e outras conseqüências negativas, ao lado do que se considera progresso.

A suposta integração da Amazônia ao capitalismo transnacional merece algumas reflexões críticas. O modelo econômico proposto pelo governo para ocupação da Amazônia privilegiou a grande empresa e os grandes projetos. É preciso lembrar que o golpe de 1964 contou com a aliança da burguesia nacional e internacional e que o modelo econômico favoreceu e garantiu privilégios aos aliados daquele momento histórico anterior. A ideologia militar sustentou a ocupação recente da Amazônia, que combinava dois elementos que julgavam fundamentais:



(desenvolvimento e segurança), entendido o primeiro como a instalação de grandes empresas na região, o último, como a ocupação pelo grande capital de forma a não se destinar generalizadamente a terra aos índios, caboclos naturais da região, garimpeiros e pequenos produtores em geral. (LEAL 1991, p.7).

Outro aspecto importante relacionado com a *nova* política e seus instrumentos implantados é o de que o discurso oficial sobre desenvolvimento da Amazônia se apoiou em variáveis abstratas representadas pelo Slogan do interesse nacional ou regional sem identificar de fato os reais beneficiários do progresso.

Olhando hoje para a Amazônia, qual o seu produto básico? Com toda a discussão sobre desenvolvimento sustentado, banco de diversidade biológica, hoje concretamente, pode ser uma visão anacrônica, mas a Amazônia é área de mineração, metalurgia e siderurgia. O resto é insignificante. (PINTO 2009, p.112)

A tecnoburocracia responsabiliza o fracasso do desenvolvimento regional apontando como causa a falta de apoio federal à região, a incompetência e a corrupção institucionais não se percebendo agentes do processo histórico e do processo de valorização do capital e dos danos causados à população da região. Intelectuais, estudantes, políticos, artistas, associações de classe mobilizam a opinião pública denunciando os equívocos do desenvolvimento amazônico ou formas perversas que ele assume. A ocupação recente da Amazônia se deu no período da ditadura militar, mas hoje a sociedade civil deve discutir e escolher o tipo de progresso que deseja e a quem deve beneficiar.

2.3-Hidrelétrica de Belo Monte: Uma nova conjuntura para velhas formas de expropriação do capital.

As transformações que vêm sendo vivenciadas na região ao longo desse modelo de desenvolvimento têm provocando uma grande mudança nas relações de trabalho, onde o uso da moderna tecnologia vem imprimindo um novo disciplinamento na organização do espaço de trabalho, desestruturando as condições de reestruturação das relações sociais de produção. Alterando-se conseqüentemente as relações de poder e manifestando diferenciadas formas de resistência ao processo de desapropriação.



O projeto de Belo Monte representa para a Amazônia uma reformulação na política de produção de energia o que para muitos se configura no novo projeto de desenvolvimento, na prática se apresenta como mais um projeto que foi como os demais, pensado para a Amazônia á revelia de seu povo. Como declarou o Procurador da República Felício Pontes em entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisinos em 26 de Abril de 2012.

A situação é de completo caos, porque, tal como apontamos em ação judicial e também em recomendações, o IBAMA não poderia ter permitido o início das obras sem o cumprimento das condicionantes impostas pelo próprio IBAMA. As consequências ficaram muito claras agora, com a população crescendo e os serviços públicos em colapso. É uma irresponsabilidade que foi vista em Rondônia, repetida em **Belo Monte** e a sociedade brasileira não pode aceitar que se repita em outras obras, porque quem sofre, quem fica vivendo em situação de desespero são os mais pobres, justamente aqueles que precisam da proteção do Estado.

Como antes, no momento de construção da Usina de Belo Monte, a população residente na área foi pega de surpresa e sem que soubesse sequer do que se tratava, estavam totalmente ausentes das decisões sobre suas próprias vidas. Assim, é que ficou de fora do projeto dois setores de maior importância, os quais foram *esquecidos* no estudos realizados: meio ambiente e os impactos sociais. É fácil, no entanto, entender o porquê, destes dois setores ficarem de fora do estudo, a primeira é oriunda da idéia de que a Amazônia é um imenso espaço desabitado, onde só existem animais e floresta, esse potencial deveria ser explorado e desenvolvido. Por se pensar desta forma, que a Amazônia é um espaço desabitado, fica fácil justificar a falta do estudo para se verificar os impactos sociais do projeto.

3 – PROCESSO DE RESISTÊNCIA E AS LUTAS SOCIAIS.

As famílias envolvidas neste processo de expropriação de seus espaços de vivência e convivência, não aceitam tais ações pacificamente e muito menos sem conflito. O movimento contra as barragens questiona a exclusão da população local do processo decisório sobre a política do setor elétrico. As pressões por parte das organizações de trabalhadores e dos grupos étnicos são de fundamental importância na redefinição das práticas de intervenção e de regulação do Estado.



Partes das famílias atingidas pela usina mantiveram-se em suas terras aguardando os lotes de assentamento, outras famílias continuaram aguardando as decisões da empresa acerca de suas indenizações. Tudo conspirava para o descontentamento da população, desde as irrisórias indenizações, até a insegurança de não terem lugar para morar.

A organização desses trabalhadores contou inicialmente com a animação da Igreja católica – Comissão da Pastoral da Terra e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, que construiu no processo da luta suas próprias representações e ocupou espaço importante dos Sindicatos Rurais. Importa destacar a ampliação do movimento para a esfera regional e sua contribuição para a construção de um movimento nacional contra a barragem.

Neste sentido, os conjuntos de experiências vividas forneceram a seus atores não somente a afirmação enquanto sujeito diante de situações adversas, mas assiná-la a complexidade do fazer política. Isso implicou na clássica oposição entre *acesso ao direito* e *sentido do direito* que remete ao debate do localismo e do universalismo.

Isto representa um longo exercício na aprendizagem da prática política, não poucas vezes pelos erros e acertos, descobrindo assim quais os elementos unificadores nas situações concretas de conflito. Significa também desenvolver habilidades na negociação econômica e política frente a seus opositores (grandes empresas e instâncias do Estado). Essa prática corresponde seguramente a uma nova dimensão apontada por esses movimentos.

No entanto tais avanços não se fazem sem conflitos e aparecimento de fortes discordâncias no interior do próprio movimento, até verifica-se um certo grau de desencantamento diante das idéias alimentadas e os ganhos concretos das lutas. As reivindicações e ações conduzidas pelos sindicatos e movimentos sociais não somente contribuíram para ampliar o campo de luta, como redefiniram especificidades dos atores em jogo, com concretas formas de decisão e atuação. É neste contexto que emerge o movimento contra as barragens, como o movimento Xingu vivo para sempre², que vem reiterada vezes questionando a exclusão da população local do processo decisório sobre a política do setor elétrico, a exemplo do que acontecia nacionalmente e internacionalmente, apontando para o processo de relação das forças sociais antagônicas ao capital.

² Movimento Xingu Vivo para Sempre Coletivo de organizações e movimentos das áreas de influência da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que historicamente se opuseram à sua instalação no rio Xingu. Site www.xinguvivo.org.br, acesso em 21 de Maio de 2012.



4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Como mencionamos anteriormente, os grandes projetos do qual a Amazônia é palco, têm implicado na depredação dos recursos naturais e humanos, haja vista que a população rural mais diretamente atingida tem seus meios de sobreviver extremamente afetados, tendo que se deslocar para os centros urbanos, somando com os trabalhadores que vivem na cidade o grande contingente de desempregados e sub empregados.

Essa população atingida aparece no planejamento de ocupação desse espaço apenas como entrave (um obstáculo a ser removido para instalação da modernização da produção). O modelo desenvolvimentista é apresentado como fenômeno irreversível. Este modelo, portanto só é objeto de preocupação pelo Estado porque está ocupando um espaço redefinido pela racionalidade do grande empreendimento. A população, rural que em grande parte é constituída de famílias de pequenos produtores rurais é alijada desse planejamento e torna-se refém dos desmandos do grande capital.

Sujeitas a um processo de modernização da economia, são transformadas assim, em população excedente, supérfluas, sendo vista pelos empresários e técnicos, como posseiros e invasores de terra. Cabe ressaltar que de um modo geral e em nível nacional ocorreram mudanças estruturais que alargaram a participação popular que inicialmente apresentava um perfil de conflitos localizados que vão se ampliando na medida em que as diversidades das formas de luta se expressam coletivamente. Na Amazônia esse quadro não é diferente, visto que os movimentos sociais começam a ser articulados a partir de conflitos isolados ocasionados pela implantação dos grandes projetos que não atenderam seus objetivos nem mesmo econômicos causando o aumento da desigualdade.

Ao longo do processo histórico, os movimentos que se faziam vinculados à problemática local foram envolvidos para novas formas de movimentos mais abrangentes e mais sólidos como: delegacias sindicais, sindicatos, partidos políticos entre outros que se configuram como uma tomada de consciência em nível local, nacional e internacional. Esse avanço no conjunto dos movimentos sociais foi fundamental para a unificação das lutas.

Essas manifestações populares alimentadas por grupos de esquerda e pela igreja católica, por meio de associações de bairros, comunidades de base, pastorais, criaram formas de pressão localizadas ao nível dos municípios. Neste sentido pode-se perceber através de inúmeros estudos já realizados o grande significado desses movimentos de contestação das políticas públicas de desenvolvimento, onde o embate frente ao



acirramento de conflito de classe, a desigualdade e a exclusão social foram a grande herança deixada pelos projetos de desenvolvimento.

Esta população, em grande parte constituída de pequenos produtores rurais é alijada deste planejamento, tornando-se sujeita a um processo de proletarização pela forma violenta como é executada a desapropriação de suas terras. Neste contexto, cabe aos movimentos sociais regionais como o movimento Xingu vivo para sempre, que se identificam com os movimentos nacionais, inclusive incorporando novos objetivos no campo dos direitos socioambientais e da cidadania, se contraporem a isso, o que significa unificar estas lutas que facilitam a politização dos diferentes setores sociais.

5-REFERÊNCIAS.

BRASIL. I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. SUDAM. 1972.

BRASIL. II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. SUDAM. 1975

BRASIL. III PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. SUDAM.1980

LEAL, Aluizio Lins. **Uma Sinopse Histórica da Amazônia**. São Paulo. 1991. (mimeo.).

MOURA, Edila A. Ferreira; MAIA, Maria Lúcia Sá. **Da Farinha ao Alumínio: Os Caminhos da Modernidade na Amazônia**. In: XV Encontro Anual da ANPOCS – 22 a 26/10/1990.

NASCIMENTO, Nádya Socorro Fialho. **Amazônia e Desenvolvimento Capitalista: Elementos para uma compreensão da “questão social” na região**. 2006. 195 f. doutorado (Doutorado em Serviço Social)- Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Reconquista da Amazônia**. In: D'INCÃO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. (Orgs.) **A Amazônia e a crise da Modernização**. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFPA)/Museu Paraense Emílio Goeldi: Belém, 2009.